

Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira

ESTUDO TÉCNICO Nº 5/2021

Estudo sobre os impactos dos cortes orçamentários na área de Ciência e Tecnologia abrangendo os últimos 6 anos, com ênfase na execução orçamentária.

Antes de começarmos o estudo, vale ressaltar, que no período em análise 2015 – 2021, o Setor de Ciência e Tecnologia teve modificação organizacional relevante. Em 2016, a lei nº 13.341 incorporou o Ministério das Comunicações ao Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação absorvendo suas atribuições e seu orçamento. Mais recentemente, no ano de 2019, a lei nº 13.844 recriou o Ministério das Comunicações e mais uma vez os recursos orçamentários foram separados. Nesse período, também ocorreu transferência das unidades orçamentárias INEB e NUCLEP para outro Ministério.

Por conta das modificações ocorridas de separação e junção do Ministério das Comunicações e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e das transferências das unidades orçamentárias citadas para outro Ministério, não podemos, simplesmente, comparar a soma dos recursos orçamentários do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação. Sendo assim, teremos que examinar os recursos aprovados e empenhados em cada unidade orçamentária separadamente.

A primeira e principal análise que faremos, será com a Função Ciência e Tecnologia que não depende de um Ministério específico. Os recursos alocados nessa Função perpassam todo o Orçamento da União. Também, vale lembrar, que os valores apresentados são nominais (não foram corrigidos pela inflação do período). A título informativo, enquanto o IPCA do período foi de 36,60%, o INPC chegou a 37,90%.

FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA

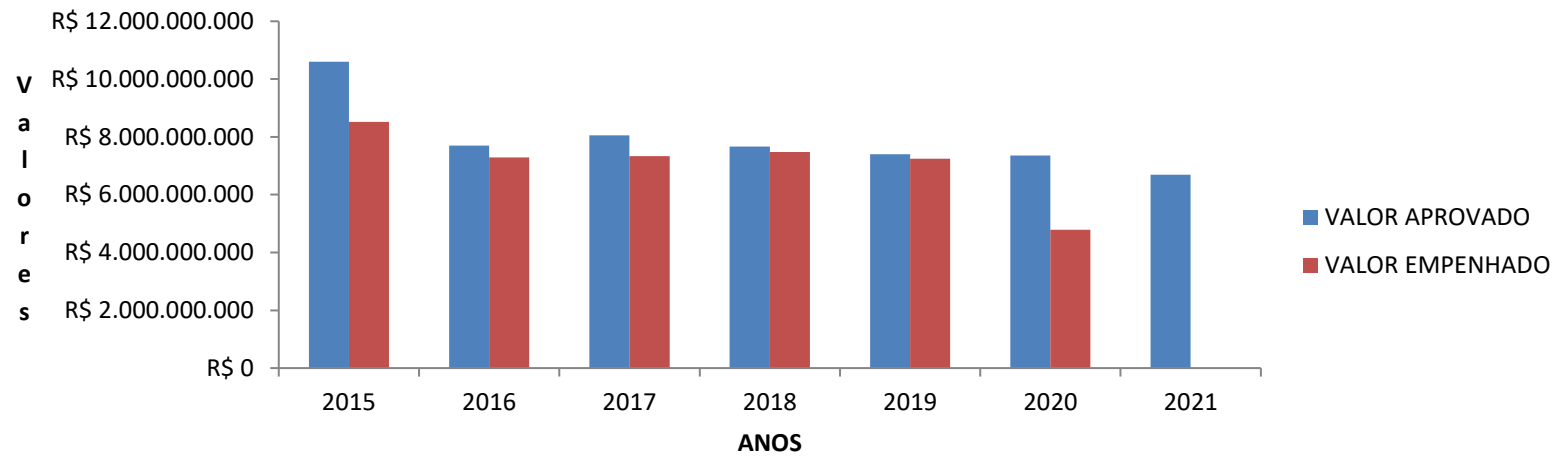
O que identificamos, facilmente, é uma diminuição de recursos aprovados (lei + créditos) ano após ano destinado a Função Ciência e Tecnologia. Começamos com um decréscimo de -27,31% dos valores aprovados e de -14,43% dos valores empenhados no ano de 2016 em relação a 2015. Por sinal, foi em 2015 que o setor mais dispôs de recursos. Em 2017, houve um pequeno ganho de 4,50% dos valores aprovados e praticamente o mesmo valor foi executado em relação ao ano de 2016.

Em 2018, mais um decréscimo de 4,81% nos valores aprovados em relação ao ano anterior. No ano de 2019 mais uma perda de -3,37%. Em 2020, os valores aprovados praticamente ficaram iguais ao de 2019 (-0,60%), no entanto, os valores executados sofreram uma queda substancial de -34,02%. Finalmente, para o ano de 2021, o orçamento aprovado destina menos -9,11% de recursos para essa Função tão importante. Os dados nos revelam que para o ano de 2021 está previsto apenas 63,13% do valor aprovado em 2015 (perda de -36,87%), valores nominais, sem a devida correção monetária.

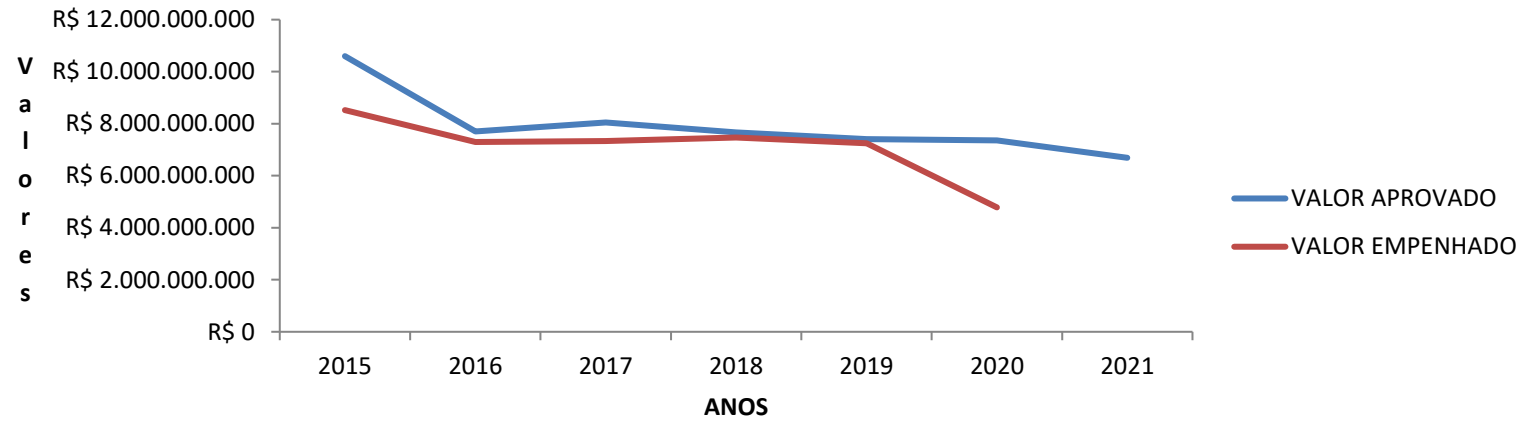
Chama atenção, também, o baixo nível de execução orçamentária no ano de 2020. Somente 64,28% dos valores aprovados no orçamento foram empenhados, quando na média dos anos anteriores, esse percentual foi de 87,50%.

FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA							
Anos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
VALOR APROVADO	R\$ 10.596.465.381	R\$ 7.702.281.950	R\$ 8.049.066.311	R\$ 7.661.984.458	R\$ 7.404.053.857	R\$ 7.359.797.487	R\$ 6.689.366.653
VALOR EMPENHADO	R\$ 8.521.365.539	R\$ 7.291.770.772	R\$ 7.333.296.175	R\$ 7.472.185.862	R\$ 7.247.723.364	R\$ 4.782.314.476	
PERC % executado	80,42%	94,67%	91,11%	97,52%	97,89%	64,98%	95,51%
1- Valores nominais em reais							
2- Fonte : Siafi							

FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA



FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO - CNPQ

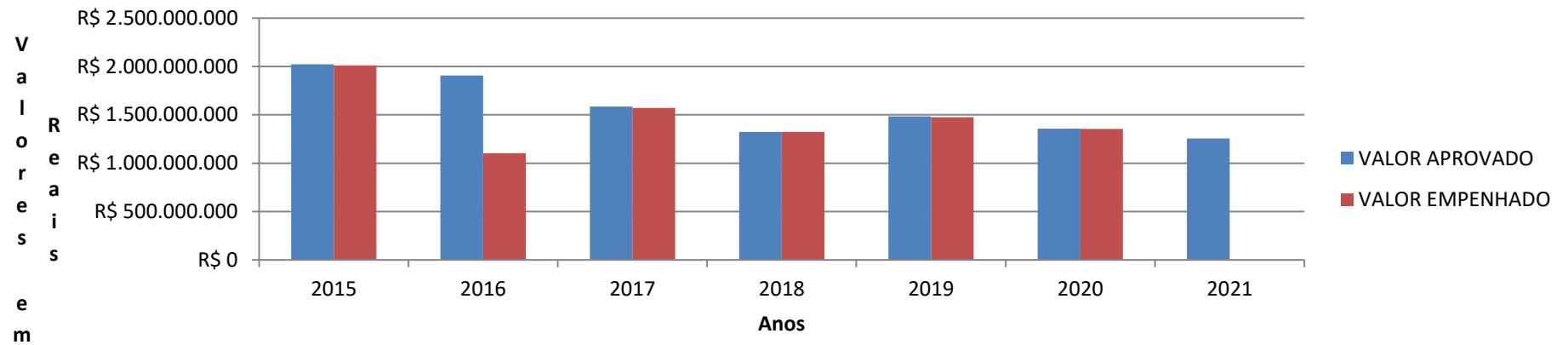
O CNPQ é uma agência governamental, vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de Pesquisadores. Além de fornecer bolsas de incentivo a pesquisa no Brasil e no exterior, o CNPQ auxilia a pesquisa, inclusive com programa para importação de bens e equipamentos direcionados aos pesquisadores e laboratórios.

A tabela e o gráfico mostram que o melhor ano da série 2015-2021 foi o ano de 2015. Nesse período os valores aprovados veem caindo ano a ano, de tal forma que para o ano de 2021 está previsto apenas 62,17% do valor aprovado em 2015 (queda de -37,83%, sem considerar a inflação). Com relação aos valores empenhados em 2018 houve um decréscimo de -15,88% comparado com o ano anterior. Depois ocorreu um acréscimo de 11,55% para o ano de 2019 e novamente uma diminuição dos recursos empenhados no ano de 2020 (-8,15%). A execução orçamentária do período ultrapassou os 92,59% dos recursos previstos.

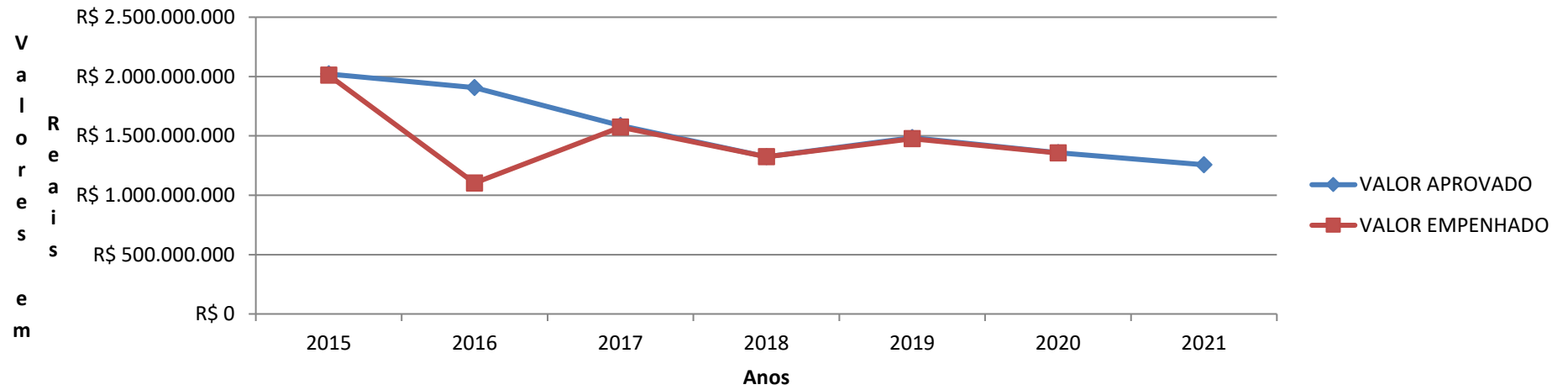
Para 2021, a Lei Orçamentária aprovada está com o valor autorizado para o CNPQ cerca de -7,50% menor do que o valor já empenhado no ano de 2020. Vale lembrar, que os valores são nominais, não foram corrigidos pela inflação do período; o que agrava mais ainda a situação orçamentária do órgão.

	CNPQ						
ANOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
VALOR APROVADO	R\$ 2.021.326.406	R\$ 1.907.468.204	R\$ 1.586.521.479	R\$ 1.323.999.209	R\$ 1.484.548.906	R\$ 1.358.582.218	R\$ 1.256.716.005
VALOR EMPENHADO	R\$ 2.010.637.153	R\$ 1.102.884.318	R\$ 1.572.849.053	R\$ 1.323.081.224	R\$ 1.475.905.341	R\$ 1.355.629.342	
PERC % executado	99,47%	57,82%	99,14%	99,93%	99,42%	99,78%	

CNPQ



CNPQ



COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR – CNEN

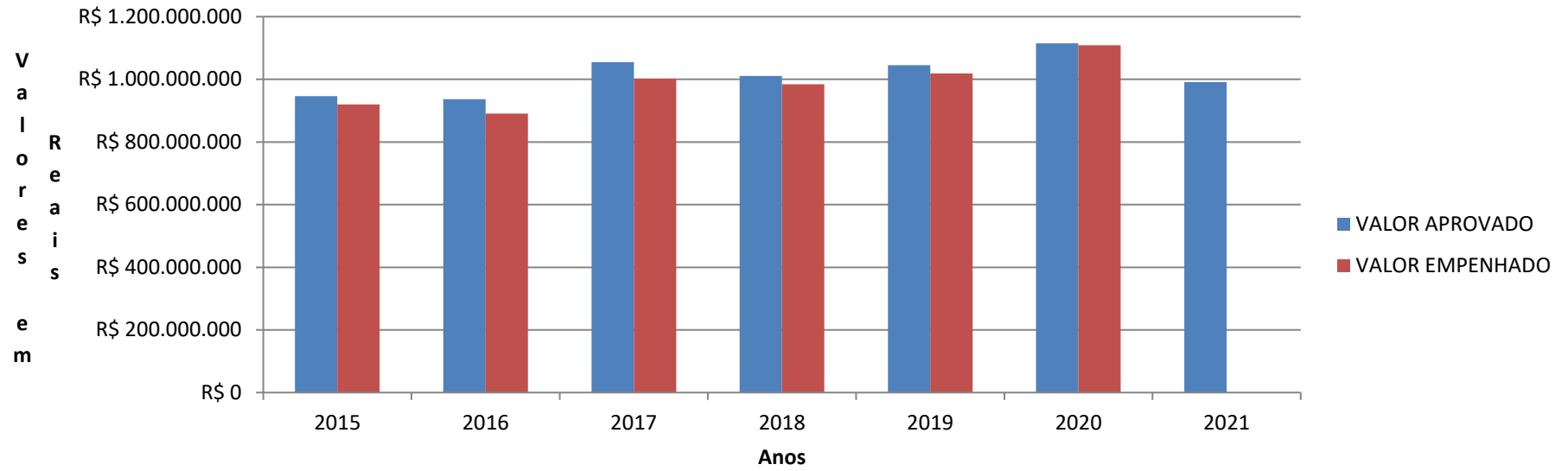
A Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, criada em 1956 para desenvolver a política nacional de energia nuclear. Órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização, a CNEN estabelece normas e regulamentos em radioproteção e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil..

No ano de 2016 comparado com o anterior a CNEN perdeu apenas 1,10% do seu orçamento aprovado e - 3,17 dos seus empenhos. Em 2017 foi bem diferente, pois seus valores aprovados tiveram um acréscimo de 12,66%.

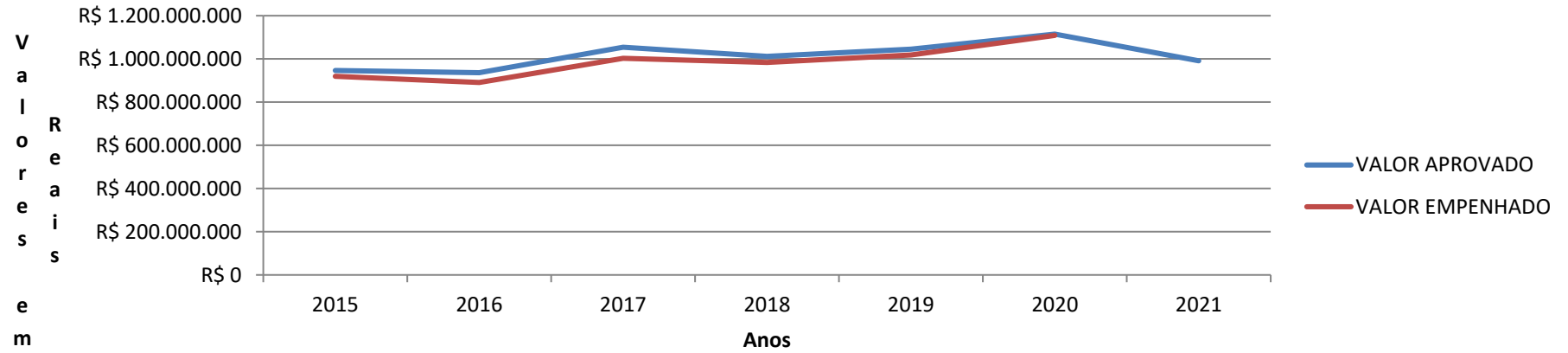
A Unidade Orçamentária CNEN teve uma pequena perda dos valores empenhados no ano de 2018 em relação a 2017 (-4,13%), mas conseguiu se recuperar, tendo um aumento de 3,53% no ano de 2019 e mais 8,85% em 2020. No entanto, para o ano de 2021, está previsto um valor de apenas R\$ 991 milhões de reais. Valor este 11,10% menor que o valor autorizado no ano 2020.

	CNEN						
ANOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
VALOR APROVADO	R\$ 946.550.515	R\$ 936.110.057	R\$ 1.054.638.846	R\$ 1.011.111.190	R\$ 1.044.954.712	R\$ 1.114.808.288	R\$ 991.058.549
VALOR EMPENHADO	R\$ 920.002.626	R\$ 890.837.010	R\$ 1.002.138.188	R\$ 983.875.013	R\$ 1.018.610.830	R\$ 1.108.725.197	
PERC % executado	97,20%	95,16%	95,02%	97,31%	97,48%	99,45%	

CNEN



CNEN



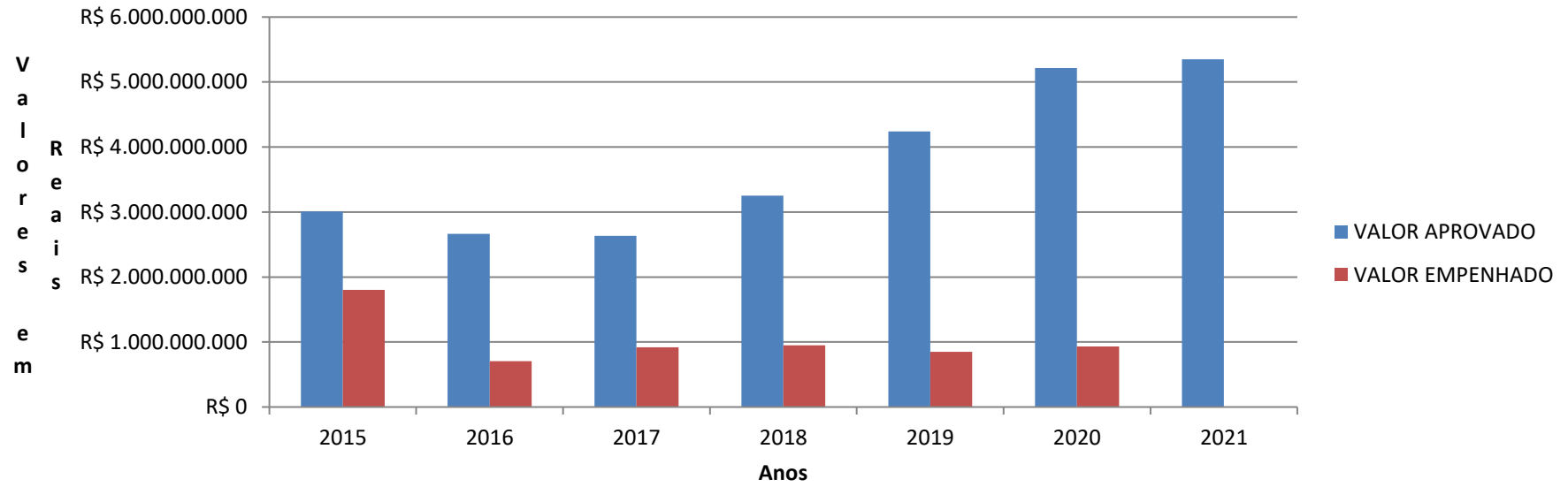
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – FNDCT

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, criado em 1969, é um fundo de natureza contábil que tem como objetivo financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País. É o principal órgão de financiamento do setor no País.

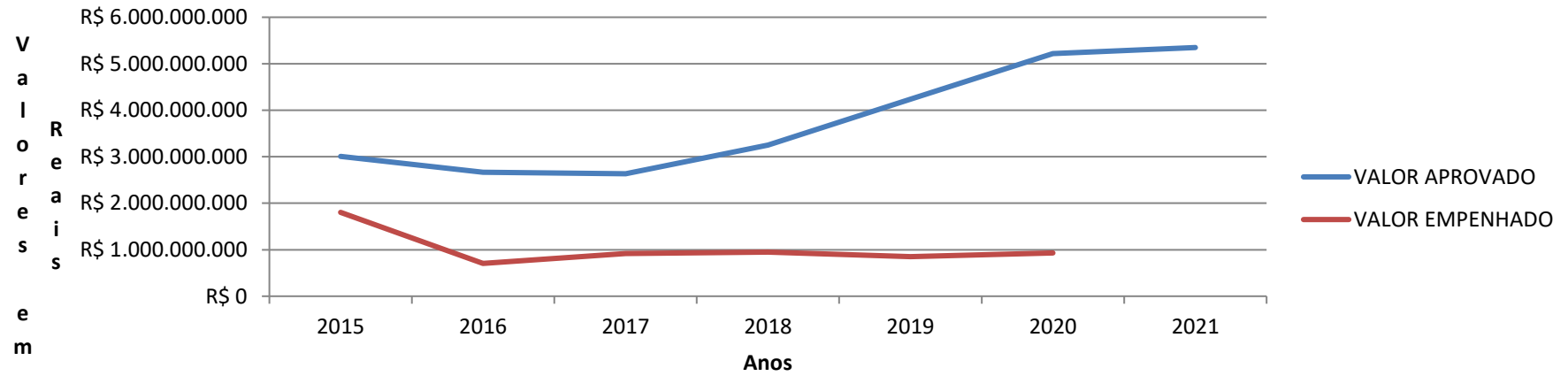
Examinando os dados, identificamos que o FNDCT teve seu pior desempenho nos seus recursos empenhados no ano de 2016 (-60,86%) em relação a 2015. Recuperou a sua execução orçamentária em 2020, alcançando um valor empenhado, sem a devida correção monetária, semelhante ao ano de 2017 (+3,77%). Para o ano de 2021 está previsto o valor de R\$ 5,3 bilhões de reais. Entretanto, a maior parte desses recursos está na Reserva de Contingência, o que significa que não serão executados. Desde 2015, quando teve o seu melhor índice de execução orçamentária (59,91%) o percentual de execução vem diminuindo ano a ano, de tal forma que em 2020 só se executou 17,83% do valor aprovado.

	FNDCT						
ANOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
VALOR APROVADO	R\$ 3.010.212.229	R\$ 2.663.845.588	R\$ 2.633.759.536	R\$ 3.250.503.056	R\$ 4.238.112.323	R\$ 5.216.447.372	R\$ 5.348.733.069
VALOR EMPENHADO	R\$ 1.803.392.717	R\$ 705.789.741	R\$ 916.782.093	R\$ 951.330.287	R\$ 851.170.044	R\$ 930.167.812	
PERC % executado	59,91%	26,50%	34,81%	29,27%	20,08%	17,83%	

FNDCT



FNDCT



AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA – AEB

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações é a instituição responsável por formular, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira. É o órgão central responsável pela coordenação do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), que conta com a participação de instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCT), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/CTA) e os Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI), além de universidades e institutos técnicos e científicos.

Com relação aos valores orçamentários autorizados, a AEB tem tido um alto nível de variações. De 2017 para 2018 houve perda de -3,7% dos recursos aprovados. Em 2019 a agência teve um decréscimo de -8,42% comparado com o ano de 2018. Já no ano de 2020 ocorreu um acréscimo substancial de 19,51% o que se refletiu, também nos valores empenhados.

Para o ano de 2021 a situação vai ficar bastante crítica, pois haverá uma diminuição de cerca de 30,90% nos valores aprovados em relação ao ano de 2020. Isso significa, aproximadamente, menos R\$ 61 milhões de reais no seu orçamento.

	AEB						
ANOS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
VALOR APROVADO	R\$ 249.428.196,00	R\$ 150.022.308,00	R\$ 186.227.963	R\$ 179.333.915	R\$ 164.225.474	R\$ 196.273.011	R\$ 135.619.616
VALOR EMPENHADO	R\$ 221.097.694,00	R\$ 42.762.239,00	R\$ 167.989.919	R\$ 177.923.235	R\$ 161.528.312	R\$ 194.322.327	
PERC % executado	88,64%	28,50%	90,21%	99,21%	98,36%	99,01%	

